

A Filha Primitiva em sala de aula: uma proposta de leitura

 **Ana Kássia de Oliveira Maciel**

Secretaria Municipal de Educação, Iguatu, CE, Brasil

 **Maria do Socorro Pinheiro**²

Universidade Estadual do Ceará, Iguatu, CE, Brasil

Resumo

Este artigo sobre a obra *A Filha Primitiva*, da autora cearense Vanessa Passos, é um recorte do projeto de Iniciação Científica “A literatura cearense de autoria feminina”, desenvolvido no curso de Letras, da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu – FECLI/UECE. Tem como objetivo propor metodologias para a leitura da obra *A Filha Primitiva* em sala de aula visando a formação humana, a consciência crítica e reflexiva do(a) leitor(a) mediante o ciclo de violência das três personagens. Para tanto, o viés metodológico adotado se constitui de discussão e proposição de metodologias numa abordagem crítica para a leitura em sala de aula. Apresenta em seu campo teórico reflexões que dialogam com as ideias de Candido (2011), Cosson (2009), Hooks (2018), Saffioti (2015). A leitura literária de autoria feminina em sala de aula é uma experiência formativa integradora que proporciona outras epistemologias no processo de ensino e de aprendizagem.

Palavras-chave: Autoria Feminina. Leitura Literária. Sala de Aula.

The Primitive Daughter in the classroom: a reading proposal

Abstract

This article on the work *The Primitive Daughter*, by cearense writer Vanessa Passos, is an excerpt from the Scientific Initiation project “Literature by female authors from Ceará,” developed in the Language and Literature course at FECLI/UECE. Its objective is to propose methodologies for reading the work *The Primitive Daughter* in the classroom, aiming at human formation and the critical and reflective awareness of the reader through the cycle of violence of three characters. To this end, the methodological approach adopted consists of discussion and proposal of methodologies in a critical approach to reading in the classroom. In its theoretical field, it presents reflections that dialogue with the ideas of Candido (2011), Cosson (2009), Hooks (2018), Saffioti (2015). The reading of literature written by women in the classroom is an integrative formative experience that provides other epistemologies in the teaching and learning process.

Keywords: Female Authorship. Literary Reading. Classroom.

1 Introdução

Diante da produção literária de autoria feminina cearense em diferentes gêneros que nos serviram de motivação para este trabalho, decidimos estudar a obra *A filha Primitiva* (2022) de Vanessa Passos, uma das autoras cearenses pesquisadas no projeto de Iniciação Científica “A literatura cearense de autoria feminina”, sob

orientação da professora Maria do Socorro Pinheiro do curso de Letras da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu – FECLI/UECE. O referido projeto teve vigência de 2016 a 2024, com o objetivo de estudar as autoras cearenses do século XIX, XX e XXI, suas temáticas e gêneros por meio de pesquisas bibliográficas e de discussões sobre a importância da leitura literária em sala de aula.

O ponto de partida deste artigo centra-se na seguinte questão: como a obra *A filha Primitiva* pode desenvolver o pensamento crítico do(a) leitor(a) em relação às violências vivenciadas pelas personagens femininas? Para tanto, temos o seguinte objetivo: propor metodologias para a leitura da obra *A Filha Primitiva* em sala de aula visando a formação humana, a consciência crítica e reflexiva do(a) leitor(a) mediante o ciclo de violência das três gerações de mulheres. O caminho metodológico é de natureza bibliográfica, seguindo um percurso de discussão e proposição de metodologias numa abordagem crítica para a leitura em sala de aula. Faz parte do nosso arcabouço teórico as ideias de Candido (2011), Cosson (2009), Hooks (2018), Saffioti (2015), entre outros autores, para a construção de nossas reflexões em torno dos elementos temáticos e da leitura literária, no processo formativo do(a) leitor(a).

A obra em estudo ganhou o prêmio Kindle de Literatura em 2022. Para melhor situar o(a) leitor(a), consideramos importante apresentar um rápido resumo da obra, dividida em três partes, uma para cada personagem, iniciando com a Filha, depois a Mãe e Avó. O enredo trata sobre uma família composta por três personagens femininas (filha, mãe e avó): a Mãe (narradora) era professora e escritora. Certa vez namorou um homem que quando descobriu que ela estava grávida a abandonou e nunca quis saber da criança; a Avó (mãe da Mãe e avó da Filha) teve uma vida bastante difícil, era negra, foi abandonada pelos pais biológicos e expulsa pelos adotivos, desde sempre trabalhou em casa de família; a Filha também sofreu violência e foi assediada. Diante do exposto, passamos ao estudo teórico-conceitual que envolve a obra literária a partir de seu contexto histórico e cultural, na sequência a proposta de leitura para discussão em sala de aula.

2 Marco Teórico-Conceitual

A violência em três gerações – filha, mãe e avó

Por se tratar de uma obra que reúne personagens femininas vítimas de violências, consideramos pertinente para o início de nossas reflexões discutir o contexto sobre o qual a mulher foi colocada, por séculos e em diferentes culturas,

como um ser inferior aos homens e rotulada de “sexo frágil”, atributos já marcados para a cultura da violência. Tal pensamento se instaurou em muitas instituições (religião, educação, estado, economia, cultura) como elemento base da sociedade patriarcal que defendeu com clareza os ideais masculinos.

Apesar das lutas feministas ocorridas durante os séculos XIX e XX e de ações individualmente enfrentadas por muitas mulheres que corajosamente se colocaram contra esse sistema de opressão, a exemplo de Narcisa Amália (1852-1924), jornalista que defendeu ideias abolicionistas, de Nísia Floresta (1810-1885), escritora e educadora que não aceitou as imposições sociais, de Francisca Senhorinha da Motta Diniz (1834-1910), educadora e jornalista que contribuiu com a imprensa feminina da época com o semanário *O sexo feminino*, “com temas sobre abolição da escravatura, o voto feminino e o movimento feminista em outros países” (Shumacher, 2000, p. 246), ainda hoje no século XXI, em diferentes lugares do mundo, mulheres continuam sendo subjugadas e mortas. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)¹, cerca de 822 mil casos de estupro são registrados no Brasil, por ano, ou seja, em média dois por minuto. É grande o número de recorrências de violência contra mulheres e de feminicídios. Em 2025, conforme dados do ministério da justiça e segurança pública, registrou-se 1.470 casos de feminicídios de janeiro a dezembro, apontando quatro mulheres mortas por dia no ano passado².

Ao longo dos anos, alguns direitos foram conquistados como o acesso à escola e à universidade, o direito ao voto, ao trabalho, ao uso de anticoncepcional. Leis foram criadas como a 11.340/06, Lei Maria da Penha³ que trata sobre a violência doméstica como um crime; a Lei nº 12.015/09⁴ que aborda a violência sexual como um crime hediondo; a Lei nº 13.104 de 2015⁵, que trata o feminicídio como homicídio; e a Lei nº 13.718⁶ que desde 2018 considera o assédio como crime, contudo não foram suficientes para diminuir os casos de violência contra a mulher.

Na macroestrutura social há todo um sistema de negação dos direitos da mulher que iniciou pela ausência de educação. Apesar de decretada a Lei Geral da

¹Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13541-brasil-tem-cerca-de-822-mil-casos-de-estupro-a-cada-ano-dois-por-minuto#>. Acesso em: 22 maio 2023.

² [Feminicídio: Brasil registra recorde histórico em 2025 | G1](https://g1.globo.com/brasil/noticia/2025/05/22/feminicidio-brasil-registra-recorde-historico-em-2025-g1.g1)

³ Acessar o site sobre a Lei Maria da Penha <https://www.jusbrasil.com.br>

⁴ <https://www.jusbrasil.com.br> > legislação > lei-12015-09

⁵ <https://legislacao.presidencia.gov.br> > ficha > lei 13.104.

⁶ <https://legislacao.presidencia.gov.br> > ficha > Lei nº 13.718 de 24 de setembro de 2018.

Educação de 1827, no Brasil imperial, que garantia o direito de as moças estudarem, havia desigualdade no ensino. Os meninos ficavam separados das meninas, que tinham menos atividades de matemática, pois além de duvidarem da capacidade intelectual delas, julgavam ser desnecessários os conteúdos de cálculos para os afazeres de casa⁷. Realidade que foi sendo modificada pela ousadia de algumas mulheres, como Nísia Floresta, que fundou o Colégio Augusto, no Rio de Janeiro, em 1938, ampliando e inovando no ensino para as meninas sobre os direitos das mulheres, dos índios e dos escravos (Duarte, 2016).

A sociedade foi sendo construída sob o regime patriarcal, que “atravessa todas as instituições”, como afirma Saffioti (2015, p. 99). Por exemplo, a mulher casada para trabalhar deveria pedir permissão ao cônjuge, mas com a lei nº 4.212/1962 foi permitida a liberdade de escolher um emprego sem a autorização do marido. Consequentemente, sua sobrecarga de trabalho aumentou, pois, a sociedade com seu capital cultural desenvolveu amarras mais fortes para a mulher como as atribuições maternas e domésticas, deixando ainda a seu encargo a educação dos filhos. Esse papel social da mulher foi uma construção bem orquestrada que impactou o seu modo de viver, tendo na base desse sistema a condução da violência, no sentido que Saffioti (2015, p. 18) trata, “violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”.

Ao observar a inserção das mulheres no universo da escrita, travaram-se lutas e estratégias com maior ou menor intensidade a depender da raça, classe social e escolaridade, categorias de poder que se interconectam e que podem ser entendidas à luz da interseccionalidade “como forma de investigação e práxis crítica”, afirma Collins (2021, p. 86). No contexto histórico brasileiro do século XIX, muitas delas iniciaram escrevendo em jornais e revistas, como Emília Freitas, Francisca Clotilde, Ana Facó (Castro, 2019). Depois publicaram em livros, contudo esse expediente não garantiu a visibilidade de suas produções, pois algumas caíram no esquecimento como ocorreu com Ana Nogueira Batista, a única mulher a publicar no Jornal O Pão, pertencente à Padaria Espiritual, importante agremiação literária cearense entre os anos de 1892 e 1898.

⁷ [Para lei escolar do Império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos — Portal Institucional do Senado Federal.](#)

No artigo “Escritoras brasileiras: Percursos e percalços de uma árdua trajetória”, Castanheira (2010, p. 01) aborda o cenário crítico e caótico que elas enfrentaram para conquistarem espaços na escrita literária:

prevalecia o pensamento de que as mulheres eram intelectualmente inferiores aos homens, e, portanto, sua forma de pensar e de escrever também o seria. Assim, ainda que a capacidade intelectual de muitas mulheres fosse inquestionável, muitas vezes só existia de modo potencial.

A inferiorização das escritoras e de suas obras marca bem as estruturas de poder, ainda que conseguissem romper com algumas delas seriam malvistas e chamadas de bruxa, imoral e transgressora, predicativos que tiveram muitas repercussões. A sociedade era extremamente rígida com as mulheres que para escrever, em muitos casos, usavam pseudônimos para despistar a atenção de comentários aviltantes. Citamos, como exemplo, a escritora inglesa Jane Austen que escreveu sua primeira obra assinada apenas como “uma dama”, após algum tempo revelou sua identidade, e a brasileira Maria Firmina dos Reis que escreveu a obra *Úrsula* (1859) assinando “uma maranhense”, realidade comum no meio delas.

Diante disso e no que tange ao protagonismo da mulher na esfera social, a violência toma um lugar central e vai sendo desenhada também na forma de assédio, estupro, feminicídio, apesar das leis existentes. As três personagens na obra *A Filha Primitiva* estão imersas num sistema de violência discursiva, como no trecho: “Gente preta não presta nem para ser empregada; ou vira bandido ou vira prostituta! Fui embora com as únicas coisas que eram minhas: você, no bucho, e a roupa do corpo, o vestido branco que teu pai me deu” (Passos, 2022, p. 159). Além do discurso racista, a Avó foi estuprada dentro da casa dos pais e depois expulsa e humilhada, sem que pudesse se defender, como no trecho: “fez um corte com a peixeira no canto da minha boca, essa marca aqui. [...] e que aquele corte era para eu aprender a não falar demais. Naquele dia eu descobri que palavra rasga mais que faca no corpo” (Passos, 2022, p. 158 e 159). A dor ao ouvir as palavras proferidas por José, o homem que ela amava, fez com que se sentisse triste, ferida e humilhada, o que lhe causou padecimento imensurável e uma gravidez indesejada.

A personagem Avó saiu sozinha em busca de uma nova vida, sem nada para vestir ou comer, teve que recomeçar, trabalhando em casa de família como doméstica. José, por sua vez, seguiu livre mesmo depois de cometer três crimes (ameaça, agressão e estupro). A ameaça é o primeiro sinal de violência, muitas mulheres são mortas após o “aviso” do parceiro. Tal realidade é discutida no ensaio “Meu corpo não

é seu: desvendando a violência contra a mulher” (2014), de Think Olga, pois a vítima é vista como culpada, ela fez algum tipo de provocação, deu permissão para cometer a violência, como aconteceu com a Avó, pois a família não acreditou que havia sido violentada.

Durante a narrativa há uma repetição da história da avó com a mãe também vítima de violência sexual. Certa vez, a Mãe foi para o trabalho e o patrão (dono de uma feira) a forçou a fazer atos libidinosos com ele, considerado estupro e mais uma vez nada aconteceu com o homem. Ela era apenas uma criança, tinha 11 anos e usava um vestidinho, “ficou me encarando, de olho em mim, no meu vestido, enquanto minha mãe estava lá dentro trabalhando, na área de serviço. Não viu a hora que ele baixou as calças” (Passos, 2022, p. 82).

A cena descrita é de pedofilia, a criança foi obrigada a fazer práticas sexuais, seguindo as ordens do homem mais velho. Sua mãe ao chegar na sala viu o senhor brigando com a menina que tinha vomitado o sêmen no tapete da casa, chamando-a de nojenta e humilhando-a ao dizer que só podia ser filha de preta para ser nojenta assim. Diante disso, cresceu calada, sem apoio familiar, sem segurança. A menina tornou-se uma mulher e somente contou para a mãe após 12 anos, acusando-a de não a ter defendido de um estupro, sequer percebido o comportamento do patrão.

Após um tempo, já adulta, a Mãe ficou grávida e o namorado não procurou saber dela nem da filha. A personagem seguiu o processo de gestação tentando abortar, dando socos na barriga, mas não conseguiu esse feito. A menina cresceu e mais uma vez a história se repetiu, assim como aconteceu com suas ancestrais (avó e mãe), com o mesmo homem, o dono da feira, tocando seu corpo, “babando feito bicho-papão, fingia brincar com a menina, acostumá-la com a mão quente, gerar confiança, mesmo a avó de perto, espreitando e provando o gosto pra, no futuro, tocar o seu corpo crescido como fez comigo” (Passos, 2022, p. 145). O abusador continuou com as mesmas atitudes, a mesma prática de violência e impunidade dos seus atos. Sem denúncia, ele saiu livre e a vítima culpada.

No decorrer da obra, não encontramos alusão aos nomes das personagens, tratadas apenas como Avô, Mãe e Filha. Por ser uma narrativa de violências contra as mulheres não revelar suas identidades provavelmente seja uma técnica discursiva usada pela autora, uma forma de segurança devido o receio de serem mortas ou agredidas pelos companheiros; ou ainda indicativo do contexto familiar, por não lhes darem apoio, acusadas de terem filhos sem marido. Segundo Hooks (2018, p. 80):

Por muito tempo, o termo violência doméstica tem sido usado como um termo “suave”, que sugere emergir em um contexto íntimo que é privado e de alguma maneira menos ameaçador, menos brutal, do que a violência que acontece fora do lar. Isso não procede, já que mais mulheres são espancadas e assassinadas em casa do que fora de casa.

A temática abordada na obra não é algo fora do cotidiano, visto que várias mulheres são agredidas, ameaçadas e mortas, principalmente dentro de casa. Há em nossa sociedade forte tendência de ideologia patriarcal para a cultura do estupro. A mulher tem que provar que seu corpo foi violado, uma tentativa de reverter a situação para que a mulher seja exposta e/ou alegue o consentimento durante a relação. De acordo com a Lei Maria da Penha, a violência pode ser física, psicológica, sexual, patrimonial e moral⁸. Em *A filha primitiva*, revela-se a violência física, psicológica e sexual nas três personagens, sendo, portanto, necessária a discussão em sala de aula sobre o ser mulher numa visão política e social.

Há várias filhas, mães e avós que passaram por essas situações e que por medo do julgamento da sociedade ou do perigo de vida que elas correm, calam-se para assegurar sua vida. Na próxima seção, apresentamos propostas de leitura para trabalhar *A filha primitiva* em sala de aula.

3 A leitura literária em sala de aula

A leitura literária é uma experiência necessária na formação cultural e humana do leitor. Num país onde há mais não leitores (53%) do que leitores (47%), de acordo com a 6ª Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil⁹ (2024), como ter acesso à leitura e à literatura? Por ser um “bem incompressível” e que “corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade (Candido, 2011, p. 188), não seria a literatura um direito de todos? Quem tem direito à leitura do texto literário?

Ao ler a obra *A Filha Primitiva* (2022), nosso pensamento é direcionado imediatamente para o âmbito da sala de aula e de como essa narrativa poderia suscitar diferentes maneiras de leitura sobre a violência sofrida pelas personagens de três gerações da mesma família, que em um fluxo de dores e temores vai percorrendo toda a obra. Desde jovem, elas passaram por situações trágicas, sem conseguir manifestar sua defesa, sendo ameaçadas e subjugadas, o que representa todo um

⁸ [Tipos de violência - Instituto Maria da Penha](#)

⁹ [Apresentação Retratos da Leitura 2024 13-11 SITE.pdf](#)

sistema de poder ainda instaurado contra a mulher que deve ser debatido em sala de aula.

O desenvolvimento pessoal, crítico e imaginário do leitor passa pela leitura literária, que promove o despertar cognitivo, criativo, social, cultural e interdisciplinar. Na obra *Letramento literário: teoria e prática*, Cosson (2009, p. 16) explica:

Por essa exploração, o dizer o mundo (re)construído pela força da palavra, que é a literatura, revela-se como uma prática fundamental para a constituição de um sujeito da escrita. Em outras palavras, é no exercício da leitura e da escrita dos textos literários que se desvela a arbitrariedade das regras impostas pelos discursos padronizados da sociedade letrada e se constrói um modo próprio de se fazer dono da linguagem que, sendo minha, é também de todos.

A palavra na literatura não segue padronização, diz o mundo pela força imaginativa expressa por uma linguagem que foge a rota, e que o leitor precisa conhecer e vivenciar essa prática. A leitura literária em sala de aula é uma atividade que democratiza o processo de ensino e aprendizagem do leitor, fazendo vivenciar outras formas de ver e sentir o mundo. Os alunos precisam vivenciar o encantamento das obras literárias, conviver com a “palavra mágica”, que nos leva a encontrar a senha da vida, a senha do mundo como diz o poeta Drummond (2015). Para a vivenciar a leitura, a escolha das obras é importante de modo a permitir o acesso a diferentes literaturas, sem que se restrinja aos clássicos e à historiografia. Segundo Cosson (2009, p. 11):

No ensino médio, o ensino da literatura limita-se à literatura brasileira, ou melhor, à história da literatura brasileira, usualmente na sua forma mais indigente, quase como apenas uma cronologia literária, em uma sucessão dicotômica entre estilos de época, cânone e dados biográficos dos autores, acompanhada de rasgos teóricos sobre gêneros, formas fixas e alguma coisa de retórica em uma perspectiva para lá de tradicional.

O autor discute sobre a forma tradicional do ensino de literatura e a dificuldade de levar textos literários para a sala de aula com o objetivo da prática de leitura. Se conseguimos desenvolver a leitura literária em sala de aula, adotamos um método diferente nesse processo de ensino e temos efetivamente uma aula de literatura, assumindo, portanto, a escola seu papel de formar leitores “formar os alunos como cidadãos da cultura escrita é um dos principais objetivos educacionais da escola, pontua Colomer (2007, p. 30). Esse experimento provoca o imaginário do(a) leitor(a) e desencadeia a necessidade de expressar suas ideias e a construção dos sentidos.

A leitura de *A filha primitiva* em sala de aula é um exercício formativo importante na construção do repertório crítico do(a) leitor(a). A obra narra a história de três personagens, uma linhagem de mulheres vítimas de violência e seus desdobramentos, que transitam pelas “avenidas interseccionais” (Akotirene, 2019) e nos processos identitários nos quais o(a) leitor(a) se reconhece e interage como sujeito crítico e reflexivo.

Para a leitura da obra *A Filha Primitiva*, pensamos em algumas metodologias que podem ser desenvolvidas em qualquer uma das turmas do ensino médio, por entender que os(as) alunos(as) já tenham desenvolvido um conhecimento mais crítico e possa debater em sala de aula as questões de violência que permeiam a obra. Sugerimos para a leitura da obra três mo(vi)mentos, podendo ser alterados a depender da realidade da sala de aula.

Primeiro – contextualização da obra e da autora - para que o espaço da sala de aula seja mais convidativo, o(a) professor(a) inicialmente pode pedir para os(as) alunos(as) se sentarem em círculo e, em seguida, apresentar a obra e a autora. Sobre a obra, o(a) professor(a) pode fazer indagações sobre o título *A filha Primitiva* e a imagem da capa, que tipo de leitura prévia os(as) alunos(as) podem fazer. Há algo que desperte a curiosidade deles(as)? É importante que haja tempo para eles(as) falarem de forma espontânea sobre o que pode ser a narrativa, estimulando se possível sua criatividade. Sobre a autora, informar onde nasceu, um pouco de sua trajetória literária, oportunidade para evidenciar a autoria feminina cearense, já que os estudantes não têm muita familiaridade com a produção literária cearense.

Segundo – leitura da obra – o(a) professor(a) entrega aos(às) alunos(as) a obra (cópias, o texto em pdf não ultrapassa 80 páginas) para que iniciem a leitura em sala de aula. A linguagem acessível, com descrições constitutivas de um topo narrativo coeso, e a densidade temática ao aludir com profundidade as camadas sociais nas quais as personagens estão inseridas, provocam a atenção do(a) leitor(a). Essa vivência com o texto literário necessita de algumas aulas, tendo em vista que a hora aula de literatura é em torno de 45 a 50 minutos. A leitura deve ser priorizada, sem desprezar nenhum segundo do tempo dedicado a não ser por indagações que porventura algum(a) aluno(a) possa fazer a respeito da obra. Esse é o momento áureo da aula de literatura, a entrega do(a) leitor(a) ao texto pelo corpo linguagem.

Terceiro – discussão e construção dos sentidos da obra - iniciada por meio de perguntas sobre os elementos narrativos, como personagens, tempo, enredo, em seguida a temática. Como a obra trata sobre violência, é possível que o tema cause

incômodo entre algumas alunas que já tenham passado por situações semelhantes as que ocorreram com as personagens. Muitas vezes, elas não sabem que estão sofrendo algum tipo de violência e não conseguem falar sobre o assunto com a família ou com amigos. A obra suscita o debate sobre a educação sexual e permite que reflita sobre o que está por trás da violência contra mulher e o que as personagens da obra representam.

A construção do sentido da obra é um momento de descoberta, cuja ação de interpretar requer o acesso à memória de outras leituras. O texto literário tem muitas significações nem sempre visivelmente expressas, depende por assim dizer do repertório de leitura de cada leitor(a). É fundamental que os(as) alunos(as) estejam à vontade para adentrar ao campo interpretativo e possam dialogar, fazer associações, deduções, reflexões. Quando o(a) aluno(a) interage com o texto cria-se uma intimidade com a leitura, que gera a experiência ao mesmo tempo individual e coletiva, porquanto imorredoura. Para Kefalás (2012, p. 99), a relação entre o(a) leitor(a) e a obra não é puramente informativa, mas formadora.

Quarto – socialização da interpretação da obra – a turma pode ser dividida em pequenos grupos para que apresentem seus comentários espontaneamente e confirmem suas ideias com trechos da obra. Esse momento de fala sobre a obra traduz uma importância formativa posto que expressam seu pensamento, sua interpretação, o significado que construíram da narrativa. Na apresentação da interpretação, o(a) professor(a) como mediador(a) desse processo vai percebendo o que deve ser complementado, fazendo reflexões sobre determinadas ações dos personagens, estimulando o(a) leitor(a) a adentrar mais na obra.

4 Considerações finais

Há uma epistemologia na produção literária de autoria feminina ao abordar temas que são do cotidiano das mulheres, a “escrivência” como analisa Evaristo (2020, p. 33) ao teorizar sua escrita, “é uma escrita que tem, sim, a observação e a absorção da vida, da existência”. O(a) leitor(a) precisa ser inserido(a) nas atividades de leitura de autoria feminina que quase não aparecem em sala de aula, quando muito o contato se faz de forma fragmentada, para vivenciar esse acontecimento. As obras literárias não fazem parte da realidade do(a) aluno(a), o que gera um prejuízo na sua formação, pois a fabulação é um processo criativo que desperta a capacidade imaginativa (Candido, 2011), possibilitando outras ideias e modos de vida.

A filha primitiva detalha retratos da atual sociedade (ou seria da sociedade de todos os tempos?) quando três personagens representando três gerações nas quais se perpetua a violência contra a mulher atuam não somente para denunciar esses eventos cruéis, mas para suscitar outra cosmovisão das relações sociais e afetivas. Vanessa Passos ao narrar a realidade das personagens, desde a mais velha (avô) até a mais nova (filha), constrói um debate político e social sobre a violência contra a mulher. A sala de aula como espaço de formação precisa assumir esse campo de discussão de tal modo a promover a consciência crítica do(a) leitor(a) sobre a realidade na qual está inserido(a).

A leitura literária é instrumento importante na sala de aula, para tanto essa prática necessita de metodologias para que o(a) aluno(a) desenvolva sua competência leitora. A escola como uma instituição formativa precisa construir espaços para a comunicação com o texto literário. Diante do exposto nesse artigo, esperamos que as propostas de leitura sobre a obra *A filha primitiva* em sala de aula desencadeiem processos de aprendizagem, de construção do sentido do texto, atentando-se para a educação literária e a sensibilidade estética.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Discurso de primaveras e algumas sombras. In: **Nova Reunião: 23 livros de poesia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CASTANHEIRA, Cláudia. **Escritoras Brasileiras: percursos e percalços de uma árdua trajetória**. Diadorim, Rio de Janeiro. 2011.

CASTRO, Carla. **Resquícios de memória: dicionário bibliográfico de escritoras e ilustres cearenses do século XIX**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. **Interseccionalidade**. Patrícia Hill Collins, Silma Bilge; tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: a teoria literária na escola**; tradução de Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2007.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

DUARTE, Constância Lima. As viagens de Nísia Floresta: memória, testemunho e história. RCL | Convergência Lusíada n. 36, julho – dezembro de 2016. Disponível em <https://convergencialusiada.com.br> Acesso em 20 de dez. de 2025.

EVARISTO, Conceição. Escrivência e seus subtextos. In: **Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo / organização** Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes; ilustrações Goya Lopes. 1. ed. -- Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KEFALÁS, Eliana. **Corpo a corpo com o texto na formação do leitor literário**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. (Coleção formação de professores).

PASSOS, Vanessa. **A Filha Primitiva**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHUMAHER, Schuma.; BRAZIL, Érico Vital. *Org. **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

OLGA, Think. **Meu corpo não é seu: desvendando a violência contra a mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

¹**Ana Kássia de Oliveira Maciel**, ORCID <https://orcid.org/0009-0004-4473-7706>
Graduada em Letras - Português pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora contratada da Secretaria Municipal de Educação do Município de Iguatu e cursando Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela UECE/EAD.

Contribuição de autoria: texto escrito em coautoria

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4825563919712802>

E-mail: Anakassiamaciel00@gmail.com

²**Maria do Socorro Pinheiro**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2464-580X>
Doutora em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Professora do Curso de Letras da FECLI/UECE e do PPGIHL/FECLESC/UECE. Líder do grupo de pesquisa GPLIGE/CNPq.

Contribuição de autoria: texto escrito em coautoria

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9177872356983979>

E-mail: socorro.pinheiro@uece.br

Como citar este artigo (ABNT):

MACIEL, A. K. O.; PINHEIRO, M. S. A Filha Primitiva em sala de aula: uma proposta de leitura. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, v. 7, e026011, 2026. DOI: <https://doi.org/10.51281/impae026011>

Recebido em 09 de fevereiro de 2026

Aprovado em 23 de fevereiro de 2026

Publicado em 07 de março de 2026